

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 29/2013¹

Período: 17/08/2013 – 23/08/2013

GEDES – Brasil

- 1- Assuntos estratégicos são alvos de espionagem cibernética
- 2- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro enviará depoimento de coronel bombeiro ao Ministério Público
- 3- Jornal destaca atuação de mulheres em forças de segurança
- 4- Parcerias entre governos federal e estadual garantem a preservação de memórias do regime militar
- 5- A situação da Base de Alcântara e do programa espacial brasileiro
- 6- Cenipa destaca causas de crescimento do número de acidentes aéreos no Brasil
- 7- Aeronáutica condecorou civis e militares com Medalha Santos Dumont
- 8- Comissão Nacional da Verdade confrontará Ustra com testemunhas em novo depoimento
- 9- Novo coordenador da Comissão Nacional da Verdade adotará posições políticas diferentes de Rosa Maria Cardoso
- 10- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro pede a Celso Amorim liberação do acesso ao prédio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna do 1º Exército
- 11- Começa a preparação para a exumação do corpo do ex-presidente da República João Goulart

1- Assuntos estratégicos são alvos de espionagem cibernética

De acordo com o jornal *Correio Brasiliense*, em encontro realizado na capital federal, Brasília, entre o secretário de Estado estadunidense, John Kerry, e o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Patriota, discutiu-se a questão da fragilidade das comunicações e da espionagem. Informações importantes do Estado brasileiro foram expostas, como, por exemplo, detalhes do projeto FX-2, que visa modernizar a Força Aérea Brasileira. O mesmo assunto foi tratado pelo analista de assuntos estratégicos do Brasil, André Luis Woloszyn, em entrevista ao *Correio*, o qual afirmou que a compra dos novos caças e os detalhes referentes ao submarino nuclear brasileiro são assuntos de interesse estratégico, sendo alvos de espionagem cibernética de Estado. O *Correio* informou ainda que no dia 22/08/13 realizou-se, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, uma audiência pública, na qual os militares alegaram que o orçamento de R\$ 200 milhões disponibilizado para o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) em 2014, não é suficiente para manter o projeto. O comandante do Centro de

¹ ERRATA DO INFORME BRASIL 28/2013. No resumo n.1, intitulado “Superior Tribunal de Justiça reafirmou direito do Ministério Público de investigar concursos públicos do Exército”, o trecho “Em recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), os ministros do MP reafirmaram a competência do órgão de fiscalizar e defender a sociedade brasileira nesse tema.” deve ser lido como “Em recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), os ministros do STJ reafirmaram a competência dos membros do MP de fiscalizar e defender a sociedade brasileira nesse tema.”.

Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e general da divisão, Antonino dos Santos Guerra Neto, alegou que, com essa quantia, o projeto levará 60 anos para ser executado. Segundo o general de divisão e gerente da iniciativa, João Robert de Oliveira, serão necessários R\$ 553 milhões. (Correio Braziliense – 17/08/13; Correio brasiliense – 23/08/13)

2- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro enviará depoimento de coronel bombeiro ao Ministério Público

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, encaminhará ao Ministério Público o depoimento do coronel do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Walter Jacarandá, que admitiu a participação em sessões de tortura nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). (Correio Braziliense – 17/08/13)

3- Jornal destaca atuação de mulheres em forças de segurança

O jornal *Correio Braziliense* mostrou o cotidiano de mulheres que comandam equipes de forças de segurança, dentre elas, uma major “responsável pela análise de procedimentos de alto custo na área da saúde em todo o Exército Brasileiro”. O jornal destacou que as mulheres mostram o potencial feminino ao exercer cargos outrora exercidos por homens e quebram paradigmas enfrentando dificuldades relacionadas à aceitação da ala masculina. (Correio Braziliense – 18/08/13)

4- Parcerias entre governos federal e estadual garantem a preservação de memórias do regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o pedido de tombamento do prédio da antiga sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo será votado e, caso aprovado, será memorial da luta contra o regime militar (1964-1985). Na cidade de São Paulo existem ainda o Memorial da Resistência e o Memorial da Luta pela Justiça, localizados na antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e na 2ª Auditoria da Justiça Militar, respectivamente. Os memoriais, que comporão a “Rota da Ditadura”, fazem parte de uma tendência nacional, a exemplo do Memorial da Anistia, ainda em construção em Belo Horizonte, que recebeu investimento do Ministério da Justiça. A pasta, por meio da Comissão da Anistia, investirá ainda na instalação de dez pequenos memoriais em homenagem aos mortos e desaparecidos do regime militar, que farão parte da chamada Trilha da Anistia, que já conta com uma placa com os nomes dos mortos e desaparecidos da região, em frente à antiga sede do Dops em Belo Horizonte, Minas Gerais, e um memorial na praça que abrigou o comitê paranaense da luta pela anistia em Curitiba, no Paraná. Um terceiro memorial, em lembrança aos militares que se opuseram à tomada de poder em 1964 será fincado na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro. Fortaleza, São Paulo e Goiânia são as próximas capitais brasileiras a integrar a trilha, que dará continuidade à série “Pessoas Imprescindíveis”, desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o jornal, alguns projetos de iniciativa estadual ganharam apoio do governo federal, como é o caso do Memorial da Democracia, em Recife, Pernambuco, que integrará a Rota da Ditadura, a inspiração do projeto paulistano. A rota da capital pernambucana foi idealizada pela ex-presa política e atual titular da Secretaria Estadual de Articulação Internacional, Amparo Araújo, que defende a preservação da memória do período como forma de evitar que a violência se repita. A Rota da Ditadura em Recife conta com a escultura Tortura Nunca Mais, localizada no centro da Praça Padre Henrique, homenagem ao padre opositor do regime militar assassinado em 1969, próxima à antiga sede do Dops. Segundo o presidente da Comissão da Anistia e titular da secretaria Nacional de Justiça, Paulo Abrão, “a onda de memorialização no País segue a tendência mundial de preservação de sítios que ajudam novas gerações a valorizar a democracia”. De acordo com dados apresentados pelo jornal, o Memorial da Resistência, na cidade de São Paulo, recebe 70 mil visitantes por ano, dentre estes, um terço é composto por estudantes em visitas educativas. O projeto de tombamento do DOI-Codi atendeu pedidos do Núcleo de Preservação da Memória Política e é uma parceria entre os governos federal e estadual. (O Estado de S. Paulo – Política – 18/08/13)

5- A situação da Base de Alcântara e do programa espacial brasileiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a explosão da Base Militar de Alcântara no ano de 2003 foi o pior acidente da história espacial brasileira, matando 21 engenheiros e técnicos que trabalhavam quando a ignição de um dos propulsores do foguete acendeu antecipadamente, por causa de uma pane elétrica. As investigações da Aeronáutica garantem que não houve sabotagem, mas pouco se sabe sobre a explosão. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, as famílias dos engenheiros e técnicos mortos no acidente ainda esperam respostas do governo em relação aos motivos do mesmo. O irmão de uma das vítimas e presidente da Associação das Famílias das Vítimas de Alcântara, o advogado José Oliveira, afirmou ter pedido a reabertura do processo criminal do acidente e aguarda a manifestação da Procuradoria-Geral da República. Cerca de 19 famílias pedem indenização por danos morais e materiais e aguardam o julgamento do tribunal. De acordo com *O Estado*, a torre do Veículo Lançador de Satélites (VLS) foi reconstruída e ficou pronta em 2012. Desde então, apenas um teste foi feito e a Agência Espacial Brasileira (AEB), que afirma que o país tem tecnologia para desenvolver o veículo, planeja novo teste ainda em 2013. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, criticou a torre de Alcântara e classificou-a como “um monumento a qualquer coisa”. Segundo a *Folha*, o VLS, que protagonizou o acidente em 2003, fizera dois voos de qualificação, em 1997 e 1999, que fracassaram que seria mostra de que o programa espacial brasileiro já encontrava dificuldades antes da tragédia. De acordo com *O Estado*, atualmente, a AEB investe em parcerias com o setor privado, como o acordo firmado com a Ucrânia, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O acordo tinha a finalidade de explorar o mercado comercial de lançamento de satélites usando um foguete Ucrâniano, o Cyclone-4, e, para tanto, foi criada a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS). As obras da ACS estão paradas e mais de 1,5 mil funcionários foram demitidos, além disso, parte do maquinário foi alugada ou devolvida. O Brasil suspendeu o investimento alegando que a Ucrânia não repassava

recursos. Segundo a *Folha*, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, declarou, no entanto, que a pasta investirá R\$ 1 bilhão na ACS. O presidente da agência espacial ucraniana afirmou que o lançamento do primeiro foguete a partir da Base de Alcântara seria em 2014, enquanto, para o governo brasileiro, seria em 2015. De acordo com *O Estado*, o uso da base tem sido renegociado atualmente com os Estados Unidos sob a intenção de fazer uma espécie de aluguel da base, que renderia acordos milionários para o Brasil. (Folha de S. Paulo – Ciência+Saúde – 22/08/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/08/13)

6- Cenipa destaca causas de crescimento do número de acidentes aéreos no Brasil

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o número de acidentes aéreos cresceu 158% nos últimos dez anos no Brasil. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) apontou fatores humanos como as principais causas de acidentes. “Julgamento errôneo do piloto em situações de decisão”, “falta de supervisão da manutenção e das normas a serem seguidas” e “planejamento do voo ou o descumprimento de regras antes de uma aeronave decolar” foram as três principais causas apontadas. O brigadeiro Luís Roberto do Carmo Lourenço, chefe do Cenipa, apontou negligência e desobediência de leis como determinantes nos acidentes e ressaltou a necessidade de ações educativas. No Brasil, a aviação comercial segue a tendência mundial de diminuição de acidentes, porém a aviação geral (aviões privados, taxis aéreos e aviões agrícolas) apresenta problemas. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/08/13)

7- Aeronáutica condecorou civis e militares com Medalha Santos Dumont

Segundo o periódico *Correio Brasiliense*, uma cerimônia realizada na Base Aérea de Brasília, no dia 19/07/13, comemorou o aniversário de 140 anos do nascimento do marechal-do-ar Alberto Santos Dumont. Durante a comemoração, o Comando da Aeronáutica condecorou com a Medalha Santos Dumont, civis e militares que prestaram serviços notáveis à Aeronáutica brasileira. (Correio Brasiliense – 20/08/13)

8- Comissão Nacional da Verdade confrontará Ustra com testemunhas em novo depoimento

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV) Rosa Maria Cardoso anunciou, no dia 19/08/13, durante uma audiência conjunta com a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, que a CNV convocará novamente para depor o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa (DOI-Codi) de 1970 a 1974 durante o regime militar (1964-1985). Em seu depoimento à CNV, em 05/08/13, Ustra defendeu o regime militar e negou os crimes cometidos durante o período, alegando que estava apenas cumprindo ordens. Familiares das vítimas e ex-presos políticos consideraram que o interrogatório foi feito de forma inadequada e

apresentaram, no dia 19/08/13, informações sobre o envolvimento de Ustra em torturas e mortes, pedindo que o coronel fosse interrogado novamente. Cardoso culpou a falta de experiência da Comissão pelo resultado insatisfatório dessa audiência e afirmou que, no próximo depoimento, o coronel será confrontado com testemunhas e inquirido a respeito de novos documentos que contêm informações sobre torturas e mortes no DOI-Codi durante seu comando, um total de 502 casos de maus-tratos e 40 mortes. Cardoso afirmou ainda que o foco da Comissão se mantém em Ustra pelo fato do coronel ser um dos "símbolos da ditadura", o que causará "uma repercussão três vezes maior" dos trabalhos do colegiado. A reconvocação de Ustra será analisada pelo novo coordenador José Carlos Dias. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 20/08/13)

9- Novo coordenador da Comissão Nacional da Verdade adotará posições políticas diferentes de Rosa Maria Cardoso

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* o advogado criminalista e ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, que assumirá o cargo de coordenador da Comissão Nacional da Verdade no dia 26/08/13, defende posições políticas distintas das da atual coordenadora, a advogada Rosa Maria Cardoso. A diferença mais visível se encontra nas opiniões sobre a revisão da Lei da Anistia (1979). Cardoso defende que a lei deve ser revisada, enquanto o ex-ministro alega que o assunto "não compete à comissão" e sim ao Supremo Tribunal Federal. Segundo *O Estado*, a coordenação da comissão funciona em um sistema de rodízio que dura três meses e Dias já havia sido indicado para o cargo anteriormente, porém, declinara, alegando que ficaria sobrecarregado devido ao seu escritório de advocacia. A indicação do ex-ministro foi confirmada no dia 19/08/13 e, apesar da escolha ainda não ter sido oficializada, a eleição de Dias já foi acertada entre os cinco membros do colegiado. O advogado já anunciou que sua primeira ação como coordenador será um apelo a presidenta da República, Dilma Rousseff, para que indique os nomes que substituirão o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp e o ex-procurador Geral da República Cláudio Fonteles, ação que vem sendo adiada há três meses. A eleição de Dias acontece em meio a uma crise na Comissão, criada por divergências internas a respeito de assuntos polêmicos como a Lei da Anistia e contratação de assessores. O ex-ministro foi indicado como o único capaz de promover o diálogo e alegou não possuir desafetos no colegiado. Cardoso, que também defendeu presos políticos durante o regime militar (1964-1985), deixará o cargo devido a desentendimentos com outros membros do grupo e apoiou a indicação de Dias, mesmo com as diferenças políticas. (O Estado de S. Paulo – Política – 20/08/13)

10- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro pede a Celso Amorim liberação do acesso ao prédio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna do 1º Exército

Conforme publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, os integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro pediram ao ministro da Defesa, Celso Amorim, no dia 21/08/13, acesso ao quartel em que funcionava o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de

Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército, onde atualmente funciona o 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, o pedido foi feito após o chefe do Comando Militar do Leste, general Francisco Carlos Modesto, afirmar que somente o comandante do Exército, general Enzo Peri, poderia conceder a permissão de entrada no imóvel, onde ocorreram prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento de presos políticos durante o regime militar (1964-1985). De acordo com o presidente da comissão, Wadih Damous, os membros do colegiado recorrerão à Justiça, caso Amorim não atenda ao pedido de acesso ao prédio. Segundo *O Estado*, o general Modesto teria afirmado que Amorim “não cuida de questões internas do Exército”. A comissão quer ter acesso ao local e pedir o tombamento do prédio, para transformá-lo em um centro de memória. Outra justificativa dada pelo Exército foi a de que o fato da Comissão da Verdade do Rio ser estadual impediria a jurisdição na unidade, que é federal. (*O Estado de S. Paulo – Política – 22/08/13*)

11- Começa a preparação para a exumação do corpo do ex-presidente da República João Goulart

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, representantes da Secretaria de Direitos Humanos, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e peritos da Polícia Federal (PF) averiguaram, no dia 21/08/13, o jazigo onde estão os restos mortais do ex-presidente da República João Goulart, no Cemitério Jardim da Paz, na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com *O Estado*, o intuito dessa visita era verificar as condições do jazigo e seu entorno para os estudos de logística para a remoção e o transporte do caixão ao Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília, sejam iniciados. Após essa averiguação, a PF apresentará um relatório, na data provável de 17/09/13, em uma reunião em Brasília diante de representantes do governo e familiares. Os restos mortais de Goulart serão exumados para apurar se os indícios confirmam a morte do ex-presidente por envenenamento em 1976, quando estava exilado na Argentina, durante o regime militar (1964-1985). O procedimento final aconteceria ainda em 2013, com data a ser definida, e peritos internacionais da Argentina, Uruguai e Cuba também deverão participar das análises. A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, declarou não restar dúvidas de que Goulart foi monitorado e mantido sob pressão durante todo o seu exílio. Segundo *O Estado*, o atestado de óbito, lavrado na Argentina, aponta que a causa da morte do ex-presidente foi por “enfermedad”, porém, à época, seu corpo não foi submetido à autópsia nem no Brasil, nem na Argentina. De acordo com *O Estado*, as suspeitas de morte intencionada vieram à tona quando o ex-agente militar uruguaio Mario Neira Barreiro, afirmou, em 2002, que Goulart fora envenenado, além do surgimento de informações sobre a atuação de químicos a serviço dos regimes militares sul-americanos, a sequência de mortes com características análogas e o envolvimento de agentes da Agência Central de Inteligência (em inglês, CIA) e da Agência Federal de Investigação (em inglês, FBI). Segundo *O Estado*, a família do ex-presidente fez, em 2007, um pedido de investigação junto ao Ministério Público, após as declarações de Barreiro. (*Folha de S. Paulo – Poder – 22/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 22/08/13*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex).